



DESTAQUE RURAL Nº 56

22 de Abril de 2019

RECUPERANDO DO CICLONE IDAI NA PROVÍNCIA DE SOFALA – ALGUNS DESAFIOS PRÓXIMOS

João Feijó e Rabia Aiuba

Dando continuidade ao Destaque Rural sobre aumento dos preços na cidade da Beira no período pós-IDAI, ao longo das próximas semanas serão produzidas outras análises sobre a reconstrução da província de Sofala, conferindo particular atenção aos distritos de Búzi e de Nhamatanda, assim como à capital provincial.

Complementando a análise de dados secundários providenciados por organismos governamentais, assim como mapeamentos produzidos pelas várias organizações das Nações Unidas, estão em curso deslocações periódicas às regiões afectadas, durante as quais se observa não só o alcance dos estragos e processo de reconstrução, mas também se interage com os técnicos envolvidos no terreno, oriundos de organizações não-governamentais, de organizações públicas (entre as quais do INGC, mas também da administração dos distritos e do Conselho Municipal), jornalistas de rádios comunitárias, membros da União Distrital de Camponeses, secretários de bairro, entre outros cidadãos. Este texto não abrange o distrito de Búzi, que será incluído uma próxima deslocação do OMR.

O PROCESSO DE ALERTA AO CICLONE IDAI

Cerca de uma semana antes da chegada do IDAI à costa moçambicana, o Instituto Nacional de Meteorologia emitiu os primeiros avisos relativamente à presença de um ciclone tropical no canal de Moçambique, prevendo a entrada pela costa moçambicana na província de Sofala, e prevendo ventos na ordem dos 180 a 200 km / hora. Interlocutores na cidade da Beira referiram que, por volta do dia 11 de Março, portanto 3 dias antes da chegada do ciclone, começaram a receber as primeiras mensagens de alerta. As mensagens eram simples e vagas, informando sobre a velocidade do vento e alertando para a ocorrência de uma tempestade na quinta-feira, dia 14 de Março, assim como para a necessidade de as pessoas se abrigarem em locais seguros, recolherem a casa fechando portas e janelas, e estacionando os carros longe de árvores. Os jornalistas da rádio comunitária da Nhamatanda receberam o aviso no dia 13 de Março, divulgando mensagens de recolher obrigatório, alertando para as populações evitarem as zonas baixas e alagáveis. Para além das rádios comunitárias, a mensagem foi veiculada por SMS pelas redes de telefonia móvel da Vodacom e Movitel, assim como por secretários de bairro e líderes comunitários. Na Beira, a mensagem foi reforçada por indivíduos com alto-falantes, alegadamente pertencentes ao Conselho Municipal e por comunicados do Edil da cidade.

Os interlocutores foram unânimes em considerar que o risco inerente ao ciclone foi desvalorizado pela população. Apesar de no dia 14 de Março (quinta-feira) ter sido decretada tolerância de ponto em várias instituições públicas, a população manteve as suas actividades económicas (pequenos negócios e trabalho assalariado). Apesar das aulas terem sido interrompidas, vários encarregados de educação tentaram deixar os seus filhos nas escolas. No final da tarde circularam mensagens de SMS e nas redes sociais, ironizando com o facto de nenhum coco ter ainda caído. Não obstante os alertas, na Praia Nova as populações mantiveram-se nas suas residências e não foram realizados

processos de retirada compulsiva. As próprias rádios comunitárias não protegeram os respectivos equipamentos.

EFEITOS IMEDIATOS DO CICLONE

Por volta das 19h do dia 14 de Março (quinta-feira) as populações da costa de Sofala começaram a sentir a violência dos ventos ciclónicos. Em Nhamatanda, os efeitos foram sentidos duas horas mais tarde. Seguiu-se uma longa noite de *stress* e de destruição, com telhados arrancados pela força do vento, queda de paredes, vidros partidos, inundações e tentativas de socorro a vizinhos. Ao amanhecer, a população deparou-se com um cenário dantesco: casas amplamente destruídas, árvores caídas bloqueando vias públicas e inundação geral. Durante a noite e parte da manhã registaram-se episódios de pilhagem na cidade da Beira. A situação agravou-se com a continuação das chuvas e elevação do nível das águas. Na bacia do Pungué e Búzi, assistiu-se a um crescimento repentino do nível das águas e as populações procuraram zonas altas onde ficaram isoladas. Outros refugiaram-se em cima de árvores ou de telhados. As cheias prolongaram-se até terça-feira, mantendo-se a população isolada, privada de água e saneamento, assistência médica e alimentar.

Nos 30 dias seguintes os organismos oficiais foram contabilizando mais de 600 mortos, sendo que as vezes no terreno estão convictas que os números foram superiores. Os impactos económicos estão ainda por calcular. A Associação Comercial da Beira ainda não divulgou os dados recolhidos junto dos operadores económicos da cidade. Técnicos dos serviços distritais de actividades económicas em Nhamatanda referiram que cerca de 70% da área cultivada no distrito foi destruída pelo ciclone e pelas cheias. Prevê-se que no Búzi os danos tenham sido mais elevados.

AS OPERAÇÕES DE SALVAMENTO

As operações de salvamento iniciaram durante o fim-de-semana de 16 e 17 de Março, sendo inicialmente os meios claramente insuficientes para as necessidades. De acordo com informações do Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA na sigla inglesa), a 26 de Março de 2019 estavam registados 53 meios aéreos militares (entre aviões e helicópteros) afectos às operações de ajuda humanitária, 92% dos quais oriundos do exterior, nomeadamente dos serviços aéreos humanitários das Nações Unidas (UNHAS na sigla inglesa), mas também de vários países como Angola, Brasil, Dinamarca, França, Índia, Itália, Marrocos, Portugal, África do Sul, Tanzânia e Turquia. De acordo com o mesmo documento, Moçambique disponibilizou um avião Bell 407, dois helicópteros MI-8 e um AW 139, pertencentes ao INGC, que representaram apenas 7,5% de todos os meios aéreos envolvidos nas operações. Com vista a proporcionar uma eficiente coordenação das actividades, o INGC constituiu uma estrutura de coordenação civil-militar, sediada no aeroporto internacional da Beira.

A ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA

Num cenário de inundações, milhares de populações ficaram desalojadas, aumentando drasticamente o risco de diarreias, de malária e de surgimento de surto de cólera. A 11 de Abril, o Diário de Moçambique reportava mais de 3.800 casos de cólera declarados na Beira, Búzi e Nhamatanda, contabilizando um total de 8 óbitos. Estando as unidades sanitárias largamente concentradas na capital da província e ao longo da N6, a população localizada no interior dos distritos, cujas vias de acesso foram particularmente afectadas, apresenta-se com mais dificuldades no acesso a tratamento médico, pelo que os números são certamente mais elevados.

As operações de salvamento proporcionaram o reassentamento de milhares de indivíduos afectados pelas cheias, inicialmente, em escolas e, posteriormente, em campos de refugiados. De acordo com o OCHA, até 14 de Abril, cerca de 117 mil pessoas receberam um abrigo de emergência, mais de 900 mil receberam apoio no fornecimento de água e mais de 800 mil pessoas foram vacinadas contra a cólera. A partir da observação no terreno foi possível confirmar que grande parte dos interlocutores (sobretudo na cidade da Beira e ao longo da N6) havia sido vacinada.

Dados recolhidos no terreno permitiram constatar que, na cidade da Beira, a ajuda alimentar começou a chegar às populações a partir de 18 de Março (segunda-feira), portanto quatro dias após o ciclone, sendo que nos restantes distritos o processo foi mais tardio. Nos distritos de Búzi e de Nhamatanda, as cadeias de televisão e redes sociais reportaram imagens dramáticas de operações de salvamento e de assistência alimentar a populações famintas e desesperadas. Tendo ficado com as colheitas e celeiros destruídos, incluindo gado, grande parte da população de Nhamatanda vem optando por respigar restos de colheitas nas machambas em busca de restos de alimentos.

Com a descida do nível das águas e com chegada de mais agências humanitárias ao terreno, o processo de ajuda alimentar foi-se tornando mais efectivo nas semanas seguintes. Um mês após o ciclone, os dados do OCHA (14.04.2019) contabilizavam cerca de um milhão de pessoas beneficiárias de assistência alimentar nas quatro províncias afectadas (Sofala, Manica, Tete e Zambézia). Porém, os números oficiais não coincidem com os discursos das populações nas áreas visitadas. A assistência e situação alimentar tem sido problemática, constituindo fonte de conflito. No terreno constataram-se as seguintes situações:

- **Destruição de infra-estruturas:** A danificação de estradas e armazéns dificultou o transporte e armazenagem de bens alimentares, em locais isolados, retardando o acesso a produtos de primeira necessidade;

- **Aumento do preço de produtos alimentares:** imediatamente após o ciclone, assistiu-se a uma especulação de preços, particularmente na cidade da Beira, em claro prejuízo das populações mais pobres e carenciadas. Paralelamente, verificou-se uma quebra repentina do preço de produtos perecíveis (particularmente congelados) como resultado da falta de meios de conservação (congeladores danificados e ausência de energia)

- **Processo moroso e repetitivo de contabilização das populações necessitadas:** duas semanas após o ciclone os secretários de bairro foram encarregues de realização de diagnósticos das populações afectadas, cada qual compilando a informação de acordo com os seus critérios e modelos, complexificando a sistematização de resultados. Alguns interlocutores referiram que foram realizados, no mesmo local, sucessivos inventários, dos quais resultaram sucessivas listas de indivíduos necessitados. Vários membros de organizações não-governamentais no terreno revelaram surpresa com os dados apresentados por alguns secretários de bairro, exageradamente superiores a outras áreas, desconfiando da inflação dos resultados.

- **Assimetrias espaciais no processo de distribuição alimentar:** Na cidade da Beira, a distribuição de alimentos processa-se num número restrito de bairros, tornando grande parte da população privada desse benefício e gerando deslocações de indivíduos na tentativa de receber apoio alimentar, tornando o processo de distribuição caótico e desorganizado. Em Nhamatanda, o processo de distribuição alimentar começou por privilegiar a população residente nos centros de acomodação, secundarizando a restante população, ainda que também muito afectada. Em algumas regiões, quase um mês após o desastre, não foi reencaminhada qualquer tipo de ajuda alimentar. Nas áreas onde se instalaram centros de acomodação, indivíduos reassentados beneficiam de assistência alimentar, sendo que as populações vizinhas, igualmente afectadas pelo

ciclone, continuam a aguardar, gerando-se tensões e conflitos sociais entre “residentes” e “vientes”.

- Desconfiança generalizada de desvio de apoio alimentar: Invariavelmente, na cidade da Beira e em Nhamatanda o processo de distribuição de alimentos foi considerado pouco claro e transparente. Os bens alimentares são descarregados em armazéns e a distribuição local nem sempre é imediata, sendo que os responsáveis pela armazenagem alegam que aguardam por orientação superior. Neste cenário, os secretários de bairro são frequentemente acusados de açambarcamento da ajuda e distribuição por familiares. Os interlocutores foram unânimes em classificar como pouco transparentes os critérios de distribuição de recursos e proliferam discursos de desvio de sacos de arroz de 25kg, comercializados informalmente a 300 meticais. De acordo com outras vozes, parte desse arroz é re-empacotado em sacos de outras marcas disponíveis no mercado e posteriormente vendido. Estas histórias são frequentemente acompanhadas por memórias de desvio ilícito de bens alimentares por parte dos mesmos agentes, aquando da estiagem de 2016 e do processo de assistência alimentar pelo PMA. Um mês após o ciclone IDAI, não é conhecido um critério de distribuição alimentar. Estas notícias tiveram eco na imprensa e agências noticiosas internacionais.

- Violência física e verbal: Em inúmeros locais de Nhamatanda e da Beira registaram-se ameaças de agressão a secretários de bairro, alguns até fugidos temporariamente para parte incerta, obrigando inclusive à intervenção da Força de Intervenção Rápida.

- Assaltos a armazéns e motins: Mal recuperadas de uma experiência traumática de vários dias, com o património destruído, por vezes não refeitas da perda de familiares, as populações apresentam-se em situação de privação alimentar e muito impacientes relativamente ao processo de assistência alimentar. Estando a população bastante nervosa, o transporte e distribuição de bens alimentares vem sendo realizado com escolta policial, o que não invalida a existência de incidentes. Em Tica, distrito de Nhamatanda, aquando da chegada do primeiro carregamento alimentar, a população afugentou os agentes da polícia com pedras, recolhendo, por sua iniciativa, os bens alimentares. Imagens de assaltos a armazéns com produtos alimentares na Beira foram transmitidas pelas estações de televisão.

A desconfiança em relação às instituições públicas tem sido acompanhada pela exigência de auditorias independentes, externas e permanentes, reivindicadas por organizações internacionais e da sociedade civil moçambicana.

A distribuição de alimentos pela Cáritas tem sido melhor representada pelos cidadãos, alegando-se que os párocos conhecem as famílias mais necessitadas das suas paróquias, que as chamam e fornecem apoio de acordo com as necessidades, introduzindo sistemas de registo.

POLITIZAÇÃO DO PROCESSO DE ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS

Em ano de eleições, o processo de reconstrução económica e de assistência às vítimas tem estado fortemente politizado, sendo essa realidade perceptível nos mais diversos níveis:

- Competição no processo de absorção de fundos: Conselho Municipal da Beira e Governo de Moçambique procuram afirmar-se como promotores do processo de reconstrução, numa tentativa de captação externa de recursos, posteriormente capitalizáveis para fins eleitorais. Com o mesmo objectivo, assiste-se a uma total abertura dos governos distritais no fornecimento de informação, abandonando-se a prática de exigência de credenciais e de desconfiança relativamente a investigadores.

- **Mediatizaçãodo processo de assistência às populações:** Os diferentes partidos políticos competem entre si na mediatização dos bens recolhidos para distribuição. No distrito de Nhamatanda, parte das sementes doadas pela FAO foram distribuídas aos agricultores pelo próprio Ministro da Agricultura. Transportadores privados conotados com partidos da oposição alugam as suas viaturas a organizações não-governamentais para distribuição alimentar, mas cedem gratuitamente no caso de estas circularem sem o símbolo da organização não-governamental. As ONGs são desaconselhadas por membros do Governo local a recorrerem aos veículos desses agentes económicos.

- **Exigência política por parte das populações afectadas.** No distrito de Nhamatanda, durante desentendimento sem processos de distribuição alimentar, populações gritam vivas à RENAMO. Voluntários que participam em processos de informação e sensibilização sobre o recenseamento eleitoral relatam resistências políticas por parte da população.

REFLEXÕES FINAIS E SUGESTÕES

Nos dias que se seguiram ao ciclone IDAI constatou-se um grande esforço solidário a nível nacional e internacional, envolvendo organizações da sociedade civil, juntamente com partidos políticos e membros de órgãos governamentais. Num cenário em que todos os caminhos vão dar à Beira, equipas internacionais, com a colaboração de muitos moçambicanos, trabalham conjuntamente na Beira, num ambiente de grande dinamismo e entusiasmo. O esforço colectivo traduziu-se na reconstrução da cidade que, em poucas semanas, desobstruiu e reconstituiu vias de acesso, restabelecendo sistemas de abastecimento de água e de energia. No sector da saúde registou-se uma resposta rápida e eficaz, particularmente na vacinação gratuita de centenas de milhares de cidadãos, impedindo-se uma epidemia de cólera com consequências não previsíveis. Se após o ciclone a esmagadora maioria das árvores se apresentava despida e completamente queimada pelo vento, três semanas após a tempestade assiste-se ao nascimento das primeiras folhas. Esta natureza primaveril constituiu uma metáfora demonstrativa que, com entusiasmo e compromisso, existe capacidade interna e externa para se realizarem acções de desenvolvimento eficazes.

Contudo, do ciclone IDAI importa retirar um conjunto de aprendizagens. Num cenário de mudanças climáticas, Moçambique deverá continuar a enfrentar eventos extremos (secas e cheias), previsivelmente com maiores níveis de intensidade e periodicidades menores entre os fenómenos, colocando desafios acrescidos ao Estado na gestão de catástrofes naturais, para os quais não está preparado. A falta de preparação na condução de todo este processo ficou evidente, não só ao nível da própria organização e planeamento do território, mas também dos sistemas de comunicação do alerta e, sobretudo, ao nível de assistência às populações. Neste último aspecto, o INGC revelou-se largamente dependente da disponibilização de equipamentos e meios técnicos, bens alimentares, assim como de recursos humanos internacionais. Neste cenário, apresentam-se algumas recomendações:

Reordenamento e planeamento do território, em particular em zonas costeiras sensíveis, revendo construções sem zonas baixas. Importa promover o restauro da floresta costeira, mas também de dunas, mangais e terras húmidas. Importa ainda introduzir e massificar técnicas de construção de habitações mais resilientes, introduzindo formas de assistência técnica às famílias e fiscalização de obras. Os planos de ordenamento do território não podem constituir apenas indicações e importa reforçarem-se mecanismos que garantam a respectiva aplicação. É essencial a construção de diques de defesa e de canais de drenagem contra inundações, dos sistemas de salubridade e esgotos nas cidades e vilas, etc.

Política demográfica e combate à pobreza: o crescimento natural da população, o aumento do número absoluto de pobres e as migrações rural-urbanas foram responsáveis pelo aumento exponencial da população em zonas de risco. Nos distritos da Beira, Búzi e Nhamatanda, a população aumentou de 820.282 indivíduos, em 2007, para 1.028.711 em 2017, prevendo-se que possa atingir os 1.300.000 habitantes em 2027. O crescimento populacional aumentará a pressão sobre áreas ecologicamente sensíveis. Para além de uma política demográfica (cuja formulação não pode continuar a constituir um tabu), importa concretizar políticas eficazes de combate à pobreza, por via da revitalização de zonas verdes nas cidades, de apoio a outras actividades económicas, criando empregos e gerando rendimentos tanto nas cidades como no meio rural, de forma a atenuar os fluxos migratórios que provocam diferentes tipos de conflitualidades sociais e sobre-exploração dos recursos naturais (terra, água e florestas).

Diversificação da abrangência geográfica da ajuda: Ao longo do primeiro mês, grande parte dos actores estiveram concentrados na cidade da Beira e nos distritos de Búzi e de Nhamatanda. Ao nível da saúde e de acordo com o MapAction (05.04.2019), a 5 de Abril de 2019 registavam-se 12 organizações a operar na cidade da Beira, 11 em Dondo, 10 em Búzi e 10 em Nhamatanda. Diversos relatos alertam para a situação no distrito de Muanza, assim como Chinde, particularmente afectados pelo ciclone, mas negligenciado pelas organizações humanitárias ao nível da saúde (onde apenas 2 organizações estavam a operar em cada distrito), assim como ao nível da assistência alimentar.

Reforço da capacidade de alerta e de intervenção, através de mensagens mais assertivas, apostando em medidas preventivas, como armazenagem de alimentos, água ou cloro. Importa apostar na formação e capacitação das instituições (corpo de bombeiros, forças armadas, associações de moradores, etc.), com meios técnicos e especializados para intervenção em situações de calamidades futuras.

Mapeamento da população em zonas de risco: recorrendo a bases de dados existentes (provenientes de censos populacionais e inquéritos agro-pecuários, etc.), que permita mapear as necessidades de uma forma mais célere e com fiabilidade.

Clarificar os critérios de distribuição alimentar, introduzindo sistemas de senhas ou de cartões de consumo e reforçar os processos de fiscalização.

Eleição directa dos líderes locais: Nomeados pelo poder distrital, diversos chefes de localidade e secretários de bairro apresentam-se mais pressionados para prestar contas aos seus superiores hierárquicos, do que à população que deveriam representar. Estas chefias tendem a envolver-se em relações clientelistas com o poder distrital e a realizar uma gestão neo-patrimonial dos recursos públicos. Uma eleição directa dos líderes de base proporcionaria um escrutínio regular por parte das populações, que melhor conhecem os processos de distribuição local de recursos externos.

REFERÊNCIAS:

OCHA (14.4.2019) “CycloneIdai: Onemonthon, floodwaters in Mozambique have begun to recede, theneedshavenot”, disponível em <https://www.unocha.org/story/cyclone-idai-one-month-flood-waters-mozambique-have-begun-recede-needs-have-not>, consultado a 15 de Abril de 2019.

ACTIONMAP (05.04.2019) *Mozambique cluster activities (as at 5 Apr 2019)*. HealthCluster Mozambique e MapAction.